

## Presidente do TJRJ destaca a importância do empresariado no desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro

No seminário “Desafios do Judiciário Fluminense”, promovido pela Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, desembargador Ricardo Couto de Castro, destacou o investimento que o Judiciário fluminense tem realizado em tecnologia, com o objetivo de dar celeridade aos processos, e o compromisso de ter um quadro de magistrados e servidores de excelência na prestação da atividade jurisdicional.

No evento, realizado na última quinta-feira (13), o desembargador foi homenageado com um diploma e a Medalha de Mérito Mauá, a comenda que simboliza os 216 anos da ACRJ. Os símbolos foram entregues pelo prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, e pelo vice, Eduardo Cavaliere. Foram também homenageados com o diploma e a medalha o presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira, que exerceu a presidência do TJ no biênio 2021/2022, e a desembargadora Denise Nicoll Simões, presidente em exercício da Mútua dos Magistrados do Rio de Janeiro.

Recepcionados pelo presidente da entidade comercial, Josier Marques Vilar, os magistrados comentaram a importância do Judiciário na mediação e no julgamento das demandas da área empresarial. Segundo o presidente do TJ, a importância econômica representada pelo empresariado garante o bem e a segurança da sociedade.

A tranquilidade nas eleições, que ocorreram no ano passado, foi o tema abordado pelo desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira. Para ele, foram fundamentais para a realização de um pleito isento de agitação tomar medidas como dar segurança ao eleitor, com o remanejamento de zonas eleitorais encravadas em áreas dominadas pelo crime organizado, e exercer rigor para vetar candidatos sem ficha limpa.

O aumento das ações na justiça por segurados de planos de saúde foi comentado pela desembargadora Denise Nicoll Simões. De acordo com a magistrada, o Judiciário tem demonstrado sensibilidade com o lado humano da questão e, também, com a eficiência das operadoras dos planos de saúde. Para a desembargadora, é fundamental contar com a cooperação dos órgãos técnicos na análise das demandas.

O evento reuniu políticos e empresários de diversas áreas econômicas do Rio. O presidente da ACRJ defendeu o retorno do estado, especialmente do Município do Rio de Janeiro, no protagonismo econômico do país. Lembrou a parceria firmada entre o Rio de Janeiro e Niterói para sediarem os próximos Jogos Pan-Americanos de 2031.

Estiveram presentes o desembargador Elton Leme, a vice-prefeita de Niterói, Isabel Swan, autoridades municipais e empresários.



# MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

Fotos Rosane Naylor



O presidente da ACRJ, Josier Vilar; o prefeito do Rio, Eduardo Paes; o presidente do TJRJ, Ricardo Couto; e o vice-prefeito do Rio, Eduardo Cavaliere



Os desembargadores Elton Leme (e) e Henrique Figueira (d), presidente do TRE-RJ, com Tatiana Binato



Durante o almoço, o prefeito do Rio, Eduardo Paes (d) em conversa com o presidente da ACRJ, Josier Vilar (e) e o presidente da Fecomércio RJ, Antônio Florêncio



O anfitrião Josier Vilar; o desembargador Henrique Figueira; o presidente da Fecomércio RJ, Antônio Florêncio; e Mário Moreira, presidente da Fiocruz



A desembargadora Denise Nicoll, Inês Figueira, Marta Arakaki e Engi Vilar



Os presidentes do TRE-RJ e do TJRJ, des. Henrique Figueira (e) e Ricardo Couto (d), com o secretário municipal de saúde Daniel Soranz



Os desembargadores Henrique Figueira, Ricardo Couto e Denise Nicoll com o presidente da ACRJ, Josier Marques Vilar



O prefeito Eduardo Paes e o presidente do TJRJ Ricardo Couto



O vice-prefeito do Rio, Eduardo Cavaliere (e), em conversa com o desembargador Elton Leme (d)



Josier Vilar, a desembargadora Denise Nicoll e o empresário Alexandre Accioly (d)

## PINGA-FOGO

■ **PEDIDO NEGADO** - Uma decisão da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI) negou os pedidos de tirar do Brasil a disputa arbitral que trava contra a brasileira J&F Investimentos pela Eldorado Brasil Celulose. Em janeiro, a empresa estrangeira havia solicitado à Corte que uma nova arbitragem fosse iniciada em Paris ou em outra sede no exterior, alegando que precisava de uma “jurisdição neutra”.

■ O contrato em disputa, no entanto, definia a CCI São Paulo como foro para a resolução de controvérsias. Com a decisão da Corte, portanto, qualquer processo envolvendo o contrato de compra e venda da Eldorado segue sendo decidido no Brasil. Com isso, o novo procedimento arbitral terá que ser iniciado em São Paulo, caso a Paper Excellence decida ir adiante com uma nova arbitragem na mesma sede onde já correm outras três sobre a mesma disputa.

■ A decisão da CCI é uma derrota na estratégia da Paper Excellence de tirar o caso Eldorado do Brasil, após somar ao menos 20 derrotas em processos judiciais e administrativos no país só no ano passado. A Justiça, o MPF, a AGU e o Incra têm entendido que a Paper não pode assumir a Eldorado, porque não obteve as autorizações prévias exigidas na lei para a aquisição e o arrendamento de terras por estrangeiros. O MPF move uma ação civil pública em que pede que o contrato de venda da Eldorado seja considerado nulo por esse motivo.

■ Em sua petição à Corte em Paris, a Paper Excellence alegava que essas decisões são fruto de assédio judicial da J&F que impedem o cumprimento de uma sentença arbitral de 2021, que ordenou que a brasileira transferisse 100% das ações da Eldorado para a estrangeira.

■ **SEGURANÇA EM PAUTA** - A segurança pública de Volta Redonda entrou na pauta da CDL (Câmara dos Dirigentes Lojistas) nesta segunda-feira (17). O presidente da entidade Giovane Freitas Ferreira, acompanhado do vice-presidente José Luiz Vidigal Fagundes da Costa e o diretor-jurídico Yhel Esteves, teve duas reuniões sobre o tema. A primeira foi com o comandante do 28º Batalhão da Polícia Militar, Moisés Pinheiro Sandemberg. A CDL tem ajudado na manutenção dos veículos do Batalhão e o comandante disse que a parceria está surtindo efeito. Em dez meses, foi feito o conserto de dez viaturas.

■ **CENTRO INTEGRADO** - O segundo encontro, na parte da tarde, foi com o secretário municipal de Ordem Pública, Luiz Henrique Monteiro Barbosa, acompanhado do subsecretário, Amauri Pego. O secretário destacou o incentivo da CDL às empresas a estarem com as câmeras de monitoramento externas dos estabelecimentos conectadas ao Centro Integrado de Operações em Segurança Pública. Também estiveram nas reuniões, a gerente-executiva da CDL-VR, Lisandra Storck; e chefe de Relações Públicas do 28º Batalhão, subtenente Giovane Amâncio.

## Fernando Molica

### Projeto de guarda armada amarra tropa ao prefeito

Ao não prever concurso público para seleção de guardas municipais que usarão armas, o projeto do prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), permite que ele e seus sucessores possam escolher os integrantes da tropa de elite da cidade e, assim, desfrutarem de uma tropa personalizada.

Caso a proposta de criação da Força de Segurança Armada (FSA) vingue, prefeitos cariocas terão o direito de definirem critérios para determinar quem vai integrar o grupo. Homens e mulheres, que não terão estabilidade no emprego, serão escolhidos por processo seletivo e terão contratos temporários de um ano, prorrogáveis por até mais cinco anos.

É razoável prever que, para tentar garantir a renovação de seus contratos, essas pessoas terão muito cuidado para não

contrariar o prefeito e seus auxiliares. A autonomia deles será nula.

Isso, numa cidade que tem boa parte de seu território dominado por milícias, nascidas da costela do Estado. A influência política nas polícias Civil e Militar é um dos grandes males do Rio de Janeiro — titulares de delegacias e comandantes de batalhões são, historicamente, indicados por deputados. Policiais, pelo menos, têm garantia de emprego. Agora, o prefeito quer institucionalizar o desvio.

Hoje, os cargos de chefia nas polícias estaduais são exercidos por servidores que passaram em concursos, são sujeitos às normas do serviço público. Já a força da FSA será comandada por um diretor-chefe, “de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo”. A tropa de elite carioca não pode ter o mesmo destino de departamentos e instala-

ções da prefeitura que viraram moeda de troca no universo político.

A nova versão do projeto prevê que atuais guardas municipais (funcionários públicos estatutários) possam passar por processo seletivo para integrarem a FSA, mas não garante o “direito subjetivo” à manutenção dos escolhidos. A permanência deles vai depender do “atendimento de critérios a serem estipulados em Decreto regulamentador”. Quem não se enquadrar perderá a gratificação reservada ao grupo armado, de R\$ 10.283,48, mais do dobro dos salários dos atuais guardas.

O projeto não define critérios de seleção para a FSA, diz apenas que poderá ser firmado convênio com órgãos militares ou civis “nos moldes do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva — CPOR” (do Exército), com o objetivo de “disci-

plinar a realização do processo seletivo”. Paes já havia defendido a contratação de militares da reserva das forças armadas, o que contraria o direito de cada cidadão de disputar empregos públicos.

A situação é tão absurda que, diferentemente da primeira versão do projeto, a tropa de elite não será autônoma, mas integrada à estrutura da Guarda Municipal, formada por servidores e que seria rebatizada de Força de Segurança Municipal. A futura FSM-RIO teria assim funcionários públicos (ganhando cerca de R\$ 4 mil) e temporários (salário de R\$ 13.033).

O projeto autoriza o prefeito a “definir atribuições suplementares da FSA, em regulamento próprio, que não conflitem com o disposto nesta Lei Complementar”. Ou seja, o chefe do executivo poderá usar essas pessoas armadas em

defesa de interesses que ele escolherá.

Como disse ao Correio Bastidores o professor de Direito da Uerj Cássio Casagrande, o projeto contraria a Constituição, que só permite ao poder público fazer contratações provisórias em caráter emergencial. Procurador do Ministério Público do Trabalho, ressaltou que a manutenção da segurança pública é uma típica função de Estado.

A sociedade carioca é que será a dona das armas, tem o direito de escolher e controlar quem vai usá-las. E não custa lembrar o exemplo da Guarda Pessoal de Getúlio Vargas, de onde saíram os responsáveis pelo assassinato do major Rubens Vaz, tragédia que culminaria com o suicídio do presidente. Extinto logo depois do crime, o grupo tinha 83 integrantes; o contingente de Paes deverá chegar a 4.500.